

A IMUNIDADE PARLAMENTAR E O SEU PAPEL NA GARANTIA DA DEMOCRACIA

Marina Quirino Itaborahy¹

Gustavo Rocha Martins²

Ao trazer à tona uma discussão acerca da Imunidade Parlamentar, diversas são as temáticas delicadas que emergem. Dentre tais temáticas, é pertinente destacar a relação existente entre o instituto da Imunidade Parlamentar e sua atuação em um regime democrático, vez que a mesma pode ser considerada com uma das ferramentas que asseguram a boa saúde de uma democracia.

Atribui-se o papel de instrumento democrático à imunidade parlamentar devido ao fato de o instituto permitir aos representantes do povo, integrantes do do Poder Legislativo, de se expressarem, emitirem suas palavras e votos, sem temerem censuras ou prisões arbitrárias, para que, dessa forma, não possuam amarras ao defender os interesses daqueles que representam, permitindo uma atuação o mais próxima possível do ideal democrático, conforme pode-se extrair do texto do artigo 53, da Constituição Federal, e também de acordo com as ideias de Paula Ramos Mendes (2000).

Entretanto, o relevante papel da imunidade parlamentar para a garantia de um bom regimento da democracia, ao longo do exercício de diversos mandatos foi sendo deturpado pelos próprios parlamentares, que começaram a lançar mão do instrumento como um escudo protetor de punição, não mais com o objetivo real da ferramenta, de defender os interesses dos cidadãos, mas sim com a finalidade de proferir discursos marcados pelo ódio, preconceito e ofensas a direitos fundamentais sem sofrer a devida responsabilização (NASCIMENTO. NEVES, 2017).



Frente à delicada temática, a pesquisa possui o objetivo de apontar o papel da Imunidade Parlamentar como ferramenta garantidora da democracia que é, mas também busca demonstrar como a real finalidade do instituto foi deturpada pelos seus próprios destinatários, através da alta propagação de discursos de ódio. Para atingir o objetivo proposto, o estudo focou em analisar a trajetória da democracia no Brasil, até o que fora disposto na Constituição de 1988, em fazer um estudo da imunidade parlamentar na esfera nacional e internacional, em discutir como o discurso de ódio vem se fazendo presente nas declarações dos parlamentares brasileiros, em questionar o poder do discurso de ódio de corromper o real objetivo da imunidade parlamentar e, por fim, em discutir a gravidade da ofensa à democracia feita no discurso de um parlamentar federal que defendeu o retorno de um AI-5.

Os objetivos almejados foram alcançados por meio da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de doutrinas, revistas científicas, jornais científicos, jurisprudências, estudo do ordenamento jurídico pátrio, sítios da internet, além de matérias jornalísticas publicadas por portais de notícias, tanto nacionais, quanto internacionais.

Após a elaboração das reflexões quanto ao tema proposto, o presente estudo permitiu compreender o completo contrassenso existente entre atitudes parlamentares que utilizam uma ferramenta democrática, qual seja, a Imunidade Parlamentar, para atacar a própria democracia, ao defender a ideia do retorno de um AI-5, por exemplo, uma vez que é devido aos ideais democráticos e à instituição desse sistema que foi possível a criação da imunidade parlamentar.

Desse modo, conclui-se a crescente relevância em se compreender o que de fato é a Imunidade Parlamentar e seu papel em um Estado Democrático de Direito, pois, dessa forma, é possível de se compreender que a deturpação que a prerrogativa vem sofrendo não é devido a uma essência de impunidade que a mesma possui, mas sim devido a um mau uso da mesma pelos representantes do povo no Poder Legislativo.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

MENDES, Paula Ramos. Imunidade Parlamentar. In: **Caderno Aegis**. v.3. n. 9. Brasília, 2000. p.9- 15.

NASCIMENTO, Daniela Arruda; NEVES, Isabela Bichara de Souza. Contradições do discurso político entre a liberdade de expressão e o ódio. **Profanações**, v. 4, n. 1, p. 94-111, 21 ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/1465>.